



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Janeiro/2026

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH
Concurso Público Unificado de Pernambuco – CPU/PE
Assistente em Gestão Ambiental – Especialidade:
Assistente Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova '48', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Focar na evolução gradual é muito mais salutar ao sucesso.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere a crônica "O último passo", do escritor Moacyr Scliar, para responder às questões de 1 a 15.

Durante trinta anos, Abílio trabalhou em uma fábrica de móveis. Não gostava do emprego; mas, pelo menos, tinha um salário garantido, com o qual podia sustentar a família – mulher e dois filhos – e economizar alguma coisa para a realização de seu sonho. Sim, Abílio tinha um sonho. Queria abrir sua própria fábrica – de móveis, naturalmente. Mas não móveis como aqueles que eram produzidos na gigantesca indústria, móveis padronizados, sem graça. Não, Abílio queria fazer móveis de vime. Trabalhar com vime era uma habilidade que aprendera com o pai; era uma tradição familiar que vinha de longo tempo. Para Abílio, uma poltrona verdadeira tinha de ser de vime. Um dia ainda terei minha própria empresa, dizia à mulher e aos filhos.

Esse dia finalmente chegou. Já adultos, os filhos podiam seguir seu próprio caminho: um era electricista; o outro, especialista em informática. A casa estava paga, Abílio não tinha dívidas. Podia, pois, pôr em prática seu projeto. Não foi sem certo receio que pediu sua demissão da fábrica; mas, aos 62 anos, não podia esperar mais. Como disse à mulher, naquele dia: é agora ou nunca. Então é agora, foi a resposta dela.

Aparentemente não seria difícil instalar a pequena indústria. Abílio já tinha o lugar para isso, uma velha casa não distante de onde morava. Não precisaria de muitas ferramentas, nem de empregados: um ou dois ajudantes resolveriam o problema. Mas havia, sim, os aspectos legais, como lhe explicou um vizinho contabilista. Abílio teria de conseguir um alvará. Para isso, seriam necessários 107 passos. Ele não entendeu bem aquela história de passos. São providências que você necessariamente precisa tomar, explicou o vizinho. Isso eu entendo, replicou Abílio, mas 107 passos? Para que tanto passo? Discussão inútil; se era o que a lei exigia, era o que ele tinha de fazer. E assim ele começou a dar os passos necessários. Não foi fácil. Abílio não estava acostumado com a burocracia. Tudo lhe parecia tão complicado que lá pelo quadragésimo passo ele pensou em desistir. Só não o fez porque a esposa estava a seu lado, animando-o, dando-lhe força.

Finalmente, a lista dos 107 passos chegou ao fim. Faltava o último passo que era, justamente, buscar o alvará. Abílio até lembrou a frase do astronauta Neil Armstrong ao pisar na Lua: "Um pequeno passo para a humanidade, um grande passo para um homem." (Era o contrário, mas ele não dava muita importância a esses detalhes.) Dirigiu-se à repartição, como podem imaginar, animadíssimo. Tão animado que não viu o degrau, o pequeno degrau que precisava galgar para entrar no recinto. Tropeçou, caiu e estatelou-se no chão. Com uma fratura de fêmur, foi levado para o hospital. De onde não saiu. Sobreveio uma infecção, e Abílio, que já era diabético e tinha problemas renais, não sobreviveu. Foi enterrado na semana passada. O alvará continua à sua espera. Basta um passo para apanhá-lo.

(Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. **Histórias que os jornais não contam**. Porto Alegre: L&PM, 2018, p.102-104)

1. Na construção do último parágrafo de sua crônica, Moacyr Scliar explora, sobretudo, a polissemia da palavra:
 - (A) repartição.
 - (B) degrau.
 - (C) humanidade.
 - (D) alvará.
 - (E) passo.

2. Em sua crônica, Moacyr Scliar dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *Como disse à mulher, naquele dia: é agora ou nunca.* (2º parágrafo)
 - (B) *Dirigiu-se à repartição, como podem imaginar, animadíssimo.* (4º parágrafo)
 - (C) *Aparentemente não seria difícil instalar a pequena indústria.* (3º parágrafo)
 - (D) *Faltava o último passo que era, justamente, buscar o alvará.* (4º parágrafo)
 - (E) *Para Abílio, uma poltrona verdadeira tinha de ser de vime.* (1º parágrafo)

3. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* define "antítese" como "figura de linguagem pela qual se opõem, numa mesma frase, duas palavras de sentido contrário". Tendo em vista essa definição, verifica-se uma antítese no seguinte trecho:
 - (A) *Tudo lhe parecia tão complicado que lá pelo quadragésimo passo ele pensou em desistir.* (3º parágrafo)
 - (B) *Era o contrário, mas ele não dava muita importância a esses detalhes.* (4º parágrafo)
 - (C) *Um pequeno passo para a humanidade, um grande passo para um homem.* (4º parágrafo)
 - (D) *Sobreveio uma infecção, e Abílio, que já era diabético e tinha problemas renais, não sobreviveu.* (4º parágrafo)
 - (E) *Não precisaria de muitas ferramentas, nem de empregados: um ou dois ajudantes resolveriam o problema.* (3º parágrafo)



4. *um ou dois ajudantes resolveriam o problema* (3º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) era resolvido.
- (B) fora resolvido.
- (C) seria resolvido.
- (D) foi resolvido.
- (E) fosse resolvido.

5. A voz do cronista e a voz de um dos personagens estão presentes no seguinte trecho:

- (A) *Com uma fratura de fêmur, foi levado para o hospital.* (4º parágrafo)
- (B) *Sobreveio uma infecção, e Abílio, que já era diabético e tinha problemas renais, não sobreviveu.* (4º parágrafo)
- (C) *Trabalhar com vime era uma habilidade que aprendera com o pai; era uma tradição familiar que vinha de longo tempo.* (1º parágrafo)
- (D) *Um dia ainda terei minha própria empresa, dizia à mulher e aos filhos.* (1º parágrafo)
- (E) *Abílio já tinha o lugar para isso, uma velha casa não distante de onde morava.* (3º parágrafo)

6. *Não foi sem certo receio que pediu sua demissão da fábrica* (2º parágrafo).

Depreende-se desse trecho que Abílio pediu sua demissão da fábrica

- (A) com algum receio.
- (B) por não ter qualquer receio.
- (C) por conta de seu receio.
- (D) sem nenhum receio.
- (E) com grande receio.

7. Retoma um termo mencionado anteriormente na crônica a palavra sublinhada no seguinte trecho:

- (A) *Faltava o último passo que era, justamente, buscar o alvará* (4º parágrafo).
- (B) *Só não o fez porque a esposa estava a seu lado, animando-o, dando-lhe força* (3º parágrafo).
- (C) *Tão animado que não viu o degrau, o pequeno degrau que precisava galgar para entrar no recinto* (4º parágrafo).
- (D) *Trabalhar com vime era uma habilidade que aprendera com o pai* (1º parágrafo).
- (E) *Não precisaria de muitas ferramentas, nem de empregados: um ou dois ajudantes resolveriam o problema* (3º parágrafo).

8. *Tudo lhe parecia tão complicado que lá pelo quadraquésimo passo ele pensou em desistir.* (3º parágrafo)

Em relação ao trecho que o antecede, o trecho sublinhado expressa ideia de

- (A) condição.
- (B) concessão.
- (C) consequência.
- (D) comparação.
- (E) causa.

9. Em *São providências que você necessariamente precisa tomar, explicou o vizinho.* (3º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido da frase, por:

- (A) ocasionalmente.
- (B) inexplicavelmente.
- (C) curiosamente.
- (D) inevitavelmente.
- (E) infelizmente.

10. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse (ou seja, a supressão) de um verbo em:

- (A) *Já adultos, os filhos podiam seguir seu próprio caminho: um era electricista; o outro, especialista em informática.* (2º parágrafo)
- (B) *Sobreveio uma infecção, e Abílio, que já era diabético e tinha problemas renais, não sobreviveu.* (4º parágrafo)
- (C) *Faltava o último passo que era, justamente, buscar o alvará.* (4º parágrafo)
- (D) *Não foi sem certo receio que pediu sua demissão da fábrica; mas, aos 62 anos, não podia esperar mais.* (2º parágrafo)
- (E) *Mas havia, sim, os aspectos legais, como lhe explicou um vizinho contabilista.* (3º parágrafo)



11. Durante trinta anos, Abílio trabalhou em uma fábrica de móveis. Não gostava do emprego; mas, pelo menos, tinha um salário garantido, com o qual podia sustentar a família – mulher e dois filhos – e economizar alguma coisa para a realização de seu sonho. Sim, Abílio tinha um sonho. Queria abrir sua própria fábrica – de móveis, naturalmente. Mas não móveis como aqueles que eram produzidos na gigantesca indústria, móveis padronizados, sem graça. Não, Abílio queria fazer móveis de vime. Trabalhar com vime era uma habilidade que aprendera com o pai [...]. Para Abílio, uma poltrona verdadeira tinha de ser de vime. Um dia ainda terei minha própria empresa, dizia à mulher e aos filhos. (1º parágrafo)

Nesse primeiro parágrafo, o cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal sublinhada no texto:

- (A) *tinha.*
- (B) *terei.*
- (C) *gostava.*
- (D) *trabalhou.*
- (E) *aprendera.*

12. Exerce a função sintática de sujeito o termo sublinhado na seguinte oração:

- (A) Não precisaria de muitas ferramentas (3º parágrafo).
- (B) Dirigiu-se à repartição (4º parágrafo).
- (C) Esse dia finalmente chegou (2º parágrafo).
- (D) Abílio tinha um sonho (1º parágrafo).
- (E) Sobreveio uma infecção (4º parágrafo).

13. Em *Só não o fez porque a esposa estava a seu lado* (3º parágrafo), o verbo sublinhado está empregado nos mesmos tempo e modo daquele sublinhado em:

- (A) *Tudo lhe parecia tão complicado* (3º parágrafo).
- (B) *Finalmente, a lista dos 107 passos chegou ao fim* (4º parágrafo).
- (C) *O alvará continua à sua espera* (4º parágrafo).
- (D) *Sim, Abílio tinha um sonho* (1º parágrafo).
- (E) *Aparentemente não seria difícil instalar a pequena indústria* (3º parágrafo).

14. *Mas havia, sim, os aspectos legais, como lhe explicou um vizinho contabilista. Abílio teria de conseguir um alvará. Para isso, seriam necessários 107 passos. Ele não entendeu bem aquela história de passos. São providências que você necessariamente precisa tomar, explicou o vizinho.* (3º parágrafo)

No trecho acima, os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a

- (A) “vizinho contabilista” e “você”.
- (B) “Abílio” e “você”.
- (C) “aspectos legais” e “providências”.
- (D) “vizinho contabilista” e “providências”.
- (E) “Abílio” e “providências”.

15. *o pequeno degrau que precisava galgar para entrar no recinto.* (4º parágrafo)

No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) finalidade.
- (D) oposição.
- (E) consequência.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. No cinema, na sessão de domingo, os ingressos custam R\$ 17,00 para menores e R\$ 28,00 para adultos. Neste domingo, cada adulto comprou, além do seu próprio ingresso, ingressos para 2 menores e a venda de ingressos totalizou R\$ 3.534,00. O total de ingressos vendidos foi
- (A) 114
(B) 171
(C) 57
(D) 110
(E) 67
-
17. Ana coleciona ingressos de cinema e os coloca em álbuns. Cada álbum tem 10 páginas e em cada página ela cola o mesmo número de ingressos. Ela tem 2 álbuns completos e outro com apenas 5 páginas totalmente preenchidas. No álbum incompleto ela tem 20 ingressos. O total de ingressos que Ana tem colado em seus 3 álbuns é
- (A) 100
(B) 40
(C) 120
(D) 60
(E) 80
-
18. Uma geladeira está sendo vendida por R\$ 1.600,00. Se for paga à vista, há um desconto de 10%. Se for comprada a prazo, o preço total fica R\$ 370,00 a mais que o preço à vista. Comprando a prazo, pagam-se R\$ 240,00 no momento da compra, R\$ 480,00 na entrega e o restante em 4 prestações iguais. O valor de cada prestação será de
- (A) R\$ 315,00
(B) R\$ 318,00
(C) R\$ 272,50
(D) R\$ 312,50
(E) R\$ 272,00
-
19. A associação de pais comprou manuais de informática e livros. Pagou, no total, R\$ 858,00. Pelos 15 livros, todos do mesmo preço, pagou R\$ 390,00 e cada manual custou o dobro do preço de um livro. Foram comprados
- (A) 9 manuais.
(B) 14 manuais.
(C) 15 manuais.
(D) 10 manuais.
(E) 12 manuais.
-
20. O dono de uma loja compra 360 lenços por ano. Ele pode comprar de um intermediário ou do fabricante. O intermediário vende um pacote de 8 lenços por R\$ 184,00, já o fabricante vende 60 lenços por R\$ 1.080,00. Se ele comprar os lenços apenas do fabricante, economizará, em relação ao vendedor intermediário, por ano o valor de
- (A) R\$ 800,00
(B) R\$ 1.180,00
(C) R\$ 1.080,00
(D) R\$ 1.800,00
(E) R\$ 1.008,00
-
21. Maria pratica tênis e natação. Ela joga tênis todas as quintas-feiras e pratica natação um dia a cada 3 (um dia sim e dois não). Hoje é quinta-feira e Maria praticou os dois esportes. A partir de hoje, a próxima vez que Maria voltará a praticar os dois esportes no mesmo dia será depois de
- (A) cinco semanas.
(B) três semanas.
(C) duas semanas.
(D) seis semanas.
(E) quatro semanas.



22. Em um cinema de 160 lugares, há uma sessão por dia. De segunda a quarta, o ingresso custa R\$ 24,00 e, de quinta a domingo, custa R\$ 36,00. Na semana passada, na segunda foram vendidos $\frac{1}{4}$ dos ingressos; na terça, a metade; na quarta, quinta, sexta e sábado todos os ingressos. Se a arrecadação total foi de R\$ 29.328,00, o número de ingressos vendidos no domingo foi:
- (A) 148
 - (B) 146
 - (C) 150
 - (D) 140
 - (E) 144

Legislação Básica

23. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), com relação às sanções nela previstas,
- (A) a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos e seis meses não poderá ser aplicada juntamente com a de multa.
 - (B) a aplicação da sanção de advertência é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, não podendo ser aplicada juntamente com a de multa.
 - (C) ficará a elas sujeita a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na referida lei.
 - (D) a sanção de rescisão do vínculo com o poder público não poderá ser aplicada juntamente com a de multa, sendo assegurado o direito de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de quinze dias.
 - (E) uma delas é a de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, sendo que essa reabilitação será autorizada independentemente de ressarcimento ao órgão ou entidade, pelo interessado, dos prejuízos resultantes.
-
24. Para os efeitos da Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco), reclassificação é
- (A) a transformação de cargo efetivo em outro, ou a justaposição de cargo em outra classe, ou série de classes, tendo em vista a conveniência do serviço.
 - (B) o conjunto de classes semelhantes quanto à natureza, ao grau de complexidade e à responsabilidade das atribuições, constituindo a linha natural de promoção do funcionário.
 - (C) o conjunto de cargos iguais quanto à natureza, ao grau de responsabilidade e à complexidade de atribuições.
 - (D) a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade, a similitude ou a conexão das respectivas atividades profissionais.
 - (E) o conjunto de atribuições cometidas a um funcionário, com as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.
-
25. De acordo com a Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco), o estágio probatório é o período inicial, de três anos de efetivo exercício, do servidor público nomeado para provimento de cargo efetivo em virtude de aprovação em concurso público e tem por objeto, além da obtenção da estabilidade, aferir a aptidão para o exercício do cargo, sendo que
- (A) se, durante o estágio probatório, for apurada em processo regular, a inaptidão do funcionário para o exercício do cargo, será ele exonerado e, no curso desse processo, desde a sua instauração, será assegurada ao funcionário ampla defesa que somente poderá ser exercitada pessoalmente.
 - (B) a eficiência não é um dos requisitos que serão apurados com a finalidade de aferir a referida aptidão para o exercício do cargo.
 - (C) o término do prazo do estágio probatório sem exoneração do funcionário importa em declaração automática de sua estabilidade no serviço público.
 - (D) fica dispensado do estágio probatório o funcionário nomeado por concurso, desde que conte, à época, um ano de efetivo exercício como contratado no Estado, em funções idênticas ou diversas àquelas para as quais prestou concurso.
 - (E) o funcionário estável não fica dispensado de novo estágio probatório, quando nomeado para outro cargo.
-
26. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a classificação do sigilo de informações no âmbito da Administração Pública Federal é de competência, no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades, dentre outras:
- (A) Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, sendo que essa competência quanto à classificação da informação como ultrassecreta não poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público.
 - (B) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sendo que essa competência poderá ser delegada a agente público, exceto se estiver em missão no exterior, permitida também a subdelegação.
 - (C) Presidente e Vice-Presidente da República, além do titular de empresa pública, sendo que essa classificação de informação deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.
 - (D) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior, sendo que essa classificação de informação deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.
 - (E) Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas, sendo que essa classificação de informação deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.



27. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado
- (A) com o consentimento de ambos os pais, podendo ser coletados dados pessoais de crianças sem esse consentimento quando a coleta for necessária para contatar os genitores, caso em que esses dados poderão ser utilizados quantas vezes forem necessárias, sendo possível o seu armazenamento e o seu repasse a terceiros.
 - (B) com o consentimento dado por pelo menos um dos pais, não sendo necessário que ele seja específico nem esteja em destaque, devendo o controlador realizar todos os esforços razoáveis para verificar que esse consentimento foi dado pelo(s) pai(s) da criança.
 - (C) em seu melhor interesse, sendo que jamais poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem consentimento dado por pelo menos um de seus pais ou pelo responsável legal.
 - (D) em seu melhor interesse, com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, devendo o controlador realizar todos os esforços razoáveis para verificar que esse consentimento foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.
 - (E) em seu melhor interesse e, por essa razão, não é necessário, em nenhuma hipótese, o consentimento dado por qualquer um dos pais ou pelo responsável legal para o tratamento de seus dados pessoais.
-
28. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), considera-se:
- (A) autenticidade: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
 - (B) disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
 - (C) documento: dado, processado ou não, que pode ser utilizado para produção e transmissão de conhecimento, contido em qualquer meio, suporte ou formato.
 - (D) primariedade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
 - (E) integridade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
-
29. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD),
- (A) as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, dentre outros, o princípio da necessidade, que é a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - (B) as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, dentre outros, o princípio da transparência, que é a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - (C) essa lei se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico ou acadêmicos.
 - (D) para fins dessa lei são considerados agentes de tratamento: o encarregado e o titular, sendo que o operador é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
 - (E) essa lei não se aplica, dentre outras hipóteses, ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, sendo que a autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes, dentre outras, a essa hipótese e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.
-
30. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o consentimento fornecido pelo titular para o tratamento de dados pessoais
- (A) deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
 - (B) deverá ser fornecido por escrito, não sendo admitido nenhum outro meio que possa demonstrar a manifestação de vontade do titular, devendo constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.
 - (C) poderá ser dispensado para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, sendo que a dispensa dessa exigência desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na referida lei.
 - (D) não poderá ser dispensado, em nenhuma hipótese, inclusive para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, por expressa vedação legal, sendo que o consentimento do titular não precisa ser específico para esse fim.
 - (E) não poderá ser dispensado, sendo que o controlador, que obteve o consentimento pelo titular, que necessitar compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá, em qualquer hipótese, obter consentimento específico do titular para esse fim.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Legislação Ambiental

31. A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a respeito da educação ambiental no ensino formal, previu que:
- (A) estará englobada na educação superior e profissional, mas não na educação básica.
 - (B) a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
 - (C) nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, não há exigência de conteúdo em matéria ambiental.
 - (D) deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
 - (E) nos cursos de pós-graduação, é obrigatória a criação de disciplina específica sobre o tema.
-
32. A Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, prevê que:
- (A) a audiência pública não integra as etapas do procedimento de licenciamento ambiental, devendo ocorrer, quando necessária, antes de seu início e do próprio requerimento administrativo.
 - (B) no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, quando for o caso, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, obrigatoriamente, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.
 - (C) a licença de operação é aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificidades constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
 - (D) o Conselho Nacional do Meio Ambiente definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.
 - (E) compete ao órgão ambiental estadual, ouvida a União, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.
-
33. A Política Nacional do Meio Ambiente, segundo texto expresso da Lei nº 6.938/1981, prevê, dentre os princípios que a norteiam,
- (A) a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
 - (B) a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais.
 - (C) o controle e o zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.
 - (D) o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
 - (E) a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.
-
34. Conforme previsto expressamente pela legislação do Estado de Pernambuco, no licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades em que sejam exigidos programas de Educação Ambiental como condicionantes de licença, o órgão ambiental competente elaborará Termo de Referência específico, em consonância com a Política de Educação Ambiental e o Programa de Educação Ambiental deste Estado, devendo considerar na sua elaboração
- (A) as diferentes percepções dos atores sociais que estão nas áreas de influências do empreendimento e os impactos ambientais intrínsecos ao referido empreendimento.
 - (B) que, ao final, seja oferecido à população formulário com perguntas e respostas sobre os impactos à vida cotidiana em texto livre.
 - (C) os requisitos mínimos ditados pela Agência Estadual de Educação do Meio Ambiente, que são aplicados a qualquer modalidade de programa educacional na temática.
 - (D) o resultado das moções elaboradas ao final das audiências públicas realizadas ao longo das etapas de licenciamento ambiental.
 - (E) os pontos previamente obtidos a partir de consulta pública com a população local, aberta por, no mínimo, 20 dias para participação popular.
-
35. A Lei nº 12.651/2012, conhecida como Código Florestal Brasileiro, identifica expressamente como região da Amazônia Legal
- (A) a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de descanso.
 - (B) a área explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.
 - (C) a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do artigo 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
 - (D) a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
 - (E) os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás e ao oeste do meridiano de 44° W do Estado do Maranhão.

**Noções de Administração Pública**

36. Na construção do mapa estratégico do *Balanced Scorecard*, o valor do Capital Intelectual na visão da gestão do conhecimento depende do seu alinhamento com a estratégia, neste sentido o Capital Organizacional integra-se à perspectiva:
- (A) de Aprendizagem.
 - (B) de Crescimento.
 - (C) dos Processos Internos.
 - (D) Financeira.
 - (E) do Cliente.
-
37. Influenciada pelos princípios da "Nova Gestão Pública", a Reforma de 1995, promovida por Bresser-Pereira, sintetiza seus objetivos no documento denominado Plano Diretor de Reforma do
- (A) Poder Legislativo.
 - (B) Patrimonialismo.
 - (C) Poder Executivo.
 - (D) Aparelho do Estado.
 - (E) Estado nacional.
-
38. A Ouvidoria-Geral do Estado de Pernambuco (OGE-PE) registrou, em determinado ano, mais de 100 mil manifestações de cidadãos, demonstrando capacidade de atendimento com os recursos disponíveis. Sendo assim, no âmbito da Administração Pública, esse resultado evidencia uma medida de desempenho relacionado à
- (A) Inovação.
 - (B) Qualidade.
 - (C) Produtividade.
 - (D) Economicidade.
 - (E) Satisfação do cidadão.
-
39. O planejamento:
- I. tático traduz as diretrizes gerais em planos específicos para cada departamento.
 - II. estratégico envolve decisões de longo alcance e maior exposição às incertezas.
 - III. tático possui grau de risco superior ao do planejamento estratégico.
 - IV. estratégico é de curto prazo e altamente flexível, permitindo ajustes imediatos.
 - V. operacional concentra-se na execução imediata das tarefas programadas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) I e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e V.
-
40. Um órgão público verificou que 80% das reclamações dos usuários estavam relacionadas a 20% de falhas na comunicação sobre documentação exigida para atendimento. Sendo assim, a ferramenta da qualidade utilizada para identificar e priorizar as causas mais relevantes desse problema denomina-se:
- (A) Análise de Pareto.
 - (B) Diagrama de Dispersão.
 - (C) Histograma.
 - (D) Diagrama de Ishikawa.
 - (E) Fluxograma.
-
41. O Desenvolvimento Organizacional (DO) é um conjunto de intervenções orientadas a impulsionar a mudança planejada nas organizações. A partir da análise do campo de forças, uma das intervenções do DO que visa resolver problemas interpessoais é chamada de:
- (A) planejamento de sistemas abertos.
 - (B) técnica de negociação de papéis.
 - (C) *feedback* de pesquisa.
 - (D) consultoria de processos.
 - (E) mediação de terceiros.



42. Um servidor público resolve com a máxima urgência o problema de um cidadão prejudicado por uma falha no serviço prestado pela unidade, sentindo-se pessoalmente realizado com a solução. Com base nas dimensões de qualidade em serviços (SERVQUAL), esta situação representa a dimensão de
- (A) Expectativa.
 - (B) Percepção.
 - (C) Tecnicidade.
 - (D) Confiabilidade.
 - (E) Empatia.
-
43. Dentre as principais características dos diversos tipos de Departamentalização organizacional, auto-orientação e introversão, referem-se ao tipo:
- (A) Projetos.
 - (B) Produtos-serviços.
 - (C) Clientela.
 - (D) Geográfica.
 - (E) Funcional.
-
44. De acordo com a tipologia de processos utilizada no Brasil pela *Association of Business Process Management Professionals* (ABPMP), os processos desenvolvidos e aplicados para mensurar, monitorar e controlar atividades de negócios são classificados como Processos
- (A) Nucleares.
 - (B) Essenciais.
 - (C) de Suporte.
 - (D) de Gestão.
 - (E) Primários.
-
45. O uso de KPIs é inerente à etapa do ciclo da gestão de processos categorizada como:
- (A) Aprimoramento.
 - (B) Encerramento.
 - (C) Simulação.
 - (D) Implantação.
 - (E) Monitoramento.
-
46. A assistente de planejamento de uma autarquia precisa elaborar um diagnóstico do ambiente externo à organização com base na análise SWOT. Para isso, ela precisa identificar
- (A) habilidades e os recursos.
 - (B) oportunidades e as ameaças.
 - (C) cultura organizacional.
 - (D) forças e as fraquezas.
 - (E) competências essenciais.
-
47. As decisões de planejamento de capacidade envolvem um *trade-off* entre custos do fornecimento de um serviço e os custos que a espera pelo serviço significa ao cliente. Portanto, um aumento da capacidade de atendimento pode resultar em
- (A) redução tanto nos custos de espera quanto nos custos operacionais.
 - (B) equivalência entre os custos de espera e os custos operacionais.
 - (C) custos de espera maiores e custos operacionais menores.
 - (D) custos de espera menores e custos operacionais maiores.
 - (E) aumentos tanto nos custos de espera quanto nos custos operacionais.

Noções de Gestão de Pessoas

48. O método de escalas gráficas de classificação é muito utilizado para avaliação de desempenho na gestão de pessoas, contudo, uma de suas desvantagens consiste em
- (A) complexidade na compreensão do modelo por parte dos avaliadores e dos avaliados.
 - (B) impossibilidade de comparação dos resultados obtidos.
 - (C) atribuir aos avaliadores toda a responsabilidade pela avaliação.
 - (D) permitir que o avaliado avalie seu próprio desempenho.
 - (E) dificuldade na consolidação dos dados.



49. Uma pessoa foi aprovada em concurso e nomeada para um cargo efetivo como servidora pública. Após exercer suas funções de forma contínua, passou a ter garantia contra demissão arbitrária. Com base na Constituição Federal, a partir deste efetivo exercício e do regime jurídico que rege o seu cargo, a estabilidade foi adquirida após
- (A) três anos.
 (B) seis anos.
 (C) dois anos.
 (D) quatro anos.
 (E) cinco anos.
-
50. Dentro os elementos superficiais da cultura organizacional, um rito regularmente repetido se converte em
- (A) Treinamento.
 (B) Competência.
 (C) Mito.
 (D) Cerimônia.
 (E) Ritual.
-
51. De acordo com Hersey e Blanchard o modelo de liderança do ciclo de vida considera que o estilo de tomada de decisão do líder depende do nível de maturidade dos seguidores, sendo assim, o modelo sugere que, para seguidores com níveis muito baixos de maturidade, o estilo de tomada de decisões da liderança mais eficaz é o de
- (A) delegar.
 (B) reagir.
 (C) dar ordem.
 (D) persuadir.
 (E) participar.
-
52. Dois setores importantes de uma autarquia diferem sobre a quantidade de recursos a serem destinados às suas atividades. Após negociações intensas e a necessidade de uma solução ágil, ambos concordam em reduzir parcialmente suas demandas para que os recursos sejam divididos de forma equilibrada. Esta situação apresenta uma técnica de gestão de conflito denominada
- (A) Abstenção.
 (B) Transigência.
 (C) Participação.
 (D) Competição.
 (E) Acomodação.

53. O quadro a seguir apresenta as políticas e os processos de Gestão de Recursos Humanos:

Coluna	Políticas de R.H.	Coluna	Processos de R.H.
I	Provisão	W	Análise e descrição de cargo.
II	Aplicação	X	Treinamento.
III	Manutenção	Y	Integração de novos participantes.
IV	Desenvolvimento	Z	Sistemas de Informação.
V	Monitoração	H	Higiene e segurança no trabalho.

A correlação correta entre as colunas está representada em:

- (A) I-X - II-Y - III-Z - IV-H - V-W.
 (B) I-H - II-Z - III-Y - IV-W - V-X.
 (C) I-Z - II-X - III-W - IV-Y - V-H.
 (D) I-Y - II-W - III-H - IV-X - V-Z.
 (E) I-W - II-H - III-X - IV-Z - V-Y.
-
54. Durante uma reestruturação administrativa em determinado órgão público, alguns cargos efetivos foram extintos. Os servidores estáveis deixaram de exercer suas funções, mas continuaram a receber remuneração proporcional ao tempo de serviço até eventual retorno a outro cargo compatível. Esta situação dos servidores corresponde ao instituto da
- (A) Disponibilidade.
 (B) Prestabilidade.
 (C) Readaptação.
 (D) Recondição.
 (E) Reversão.



55. Os custos secundários relativos à rotatividade de pessoal são indicadores percebidos pelos aumentos dos custos e despesas com:
- (A) Programas de integração para os novos funcionários.
 - (B) Antecipação de pagamentos relacionados aos salários, benefícios e direitos proporcionais do funcionário desligado.
 - (C) Horas extras necessárias para cobrir a deficiência inicial do novo funcionário.
 - (D) Testes de recrutamento, seleção e avaliação de candidatos.
 - (E) Entrevistas de desligamento e elaboração de relatórios consequentes.

56. Durante uma fiscalização ambiental, o coordenador resolve um conflito com moradores locais por meio de habilidades adquiridas na prática, que não podem ser ensinadas apenas por meio de teoria ou instruções formais. Nesta situação, o coordenador aplicou o conhecimento
- (A) Empírico.
 - (B) Tácito.
 - (C) Científico.
 - (D) Explícito.
 - (E) Informacional.

57. O quadro a seguir apresenta o processo de gestão do desempenho e suas atividades.

Coluna	Fase do Processo	Coluna	Atividade
I	Planejamento	W	Geração de competências.
II	Organização	X	Liderança.
III	Supervisão	Y	Soluções de problemas.
IV	Controle	Z	Fixação de objetivos.

A correlação correta entre as colunas está expressa na alternativa:

- (A) I-Z - II-W - III-X - IV-Y.
 - (B) I-Z - II-Y - III-X - IV-W.
 - (C) I-X - II-Z - III-Y - IV-W.
 - (D) I-Y - II-X - III-W - IV-Z.
 - (E) I-W - II-Y - III-Z - IV-X.
- Noções de Orçamento Público**
58. O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do governo Federal. Conforme estabelecido por lei, o PPA tem vigência, em anos, de:
- (A) Cinco.
 - (B) Seis.
 - (C) Três.
 - (D) Dois.
 - (E) Quatro.
59. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) fornece amparo ao princípio que exige que governantes prestem contas de seus atos e sejam fiscalizados por instituições e sociedade. Este princípio é conhecido por
- (A) *Benchmarking*.
 - (B) Governabilidade.
 - (C) Eficiência administrativa.
 - (D) *Accountability*.
 - (E) Controle hierárquico.

60. Uma das características qualitativas expressas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) reivindica disponibilizar a informação aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil. Neste sentido, trata-se de uma característica qualitativa de
- (A) Comparabilidade.
 - (B) Tempestividade.
 - (C) Verificabilidade.
 - (D) Relevância.
 - (E) Compreensibilidade.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 13: item 13.3 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deve produzir um texto dissertativo-argumentativo autoral, coeso e coerente, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, a partir de proposta única sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos, referido ao presente Edital. [...] 13.10 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 13.11 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação.*

Eis um pronunciamento de Ailton KRENAK (líder indígena, ambientalista e escritor) sobre a situação do nosso planeta:

A gente deveria diminuir a investida sobre o corpo da Terra e respeitar sua integridade. Quando os índios falam que a Terra é nossa mãe, dizem "Eles são tão poéticos, que imagem mais bonita...". Isso não é poesia, é a nossa vida. Estamos colados no corpo da Terra. Somos terminal nervoso dela. Quando alguém fura, machuca ou arranha a Terra, desorganiza o nosso mundo.

Nesse pronunciamento, KRENAK fala de um processo de deterioração da vida na Terra, que está em marcha acelerada, segundo atestam os cientistas, contra a opinião dos que não acreditam nessa deterioração.

Redija um texto dissertativo-argumentativo, comentando o pronunciamento de KRENAK. Manifeste a sua posição pessoal, argumentando em favor dela.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	



23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

